

Com - Brasil

Tendências

POLÍTICA ECONÔMICA

Fórum propõe agenda de reformas

Economistas e cientistas políticos defendem acordo mínimo para tirar País do impasse

ROLF KUNTZ

Carlos Chiarino/AE

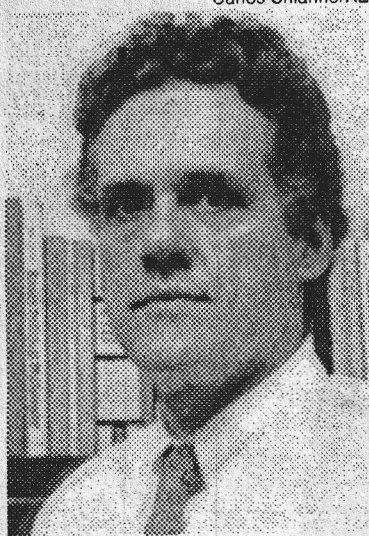
Ronaldo Theobald/AE

Sérgio Amara/AE



O Brasil só voltará a subir na escala internacional se os brasileiros voltarem a subir na vida: esta a mensagem principal transmitida em pelo menos 35 horas de exposições e debates, nos quatro dias de funcionamento do 5º Fórum Nacional, em São Paulo. Com 13 anos desperdiçados para cada aluno formado no primeiro grau, e numa escola de baixa qualidade, encolhem dia a dia as possibilidades de se alcançar os tigres da Ásia. Mas este é apenas um dos sinais do bloqueio. Fechados num salão do Hotel Ca D'Oro, economistas, parlamentares, cientistas políticos, diplomatas e empresários tentaram formular uma agenda mínima para tirar o País da crise e levá-lo ao mundo moderno, enquanto a Fipe divulgava a maior inflação mensal do últimos três anos, 28,74%, e o Tesouro Nacional, mais uma vez, fechava sua contas com um rombo de caixa, desta vez de Crs 2 trilhões.

Para desatolar o País, não adianta ir em busca de um grande acordo: o melhor é buscar o consenso em torno de uns poucos pontos, como a reforma tributária, disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Tentar fechar um "pacotão" é inútil, havia dito dois dias antes o cientista político e consultor Sérgio Abranches, defendendo também acordos parciais. Mesmo o entendimento limitado, porém, pode ser muito difícil: a revisão proposta pelo deputado Nelson Jobim deve incluir, por exemplo, uma redefinição de encargos da União, dos Estados e dos municípios, além de um ajuste da Constituição ao regime presidencialista. O cientista político Hélio Jaguaribe também defendeu a reforma neste ano,



Sérgio Abranches

Há sinais de fadiga nas instituições políticas

porque a Constituição, segundo disse, leva o Estado à falência financeira.

Duas lentes — O impasse foi mostrado em visão panorâmica e em close. No grande quadro, apareceram a crise fiscal crônica, associada ao "federalismo torto", o estilhaçamento político e social, a ingovernabilidade e a urgência de uma reforma da Constituição. "As instituições já demonstram sinais mínimos, porém inquietantes, de fadiga", advertiu Sérgio Abranches.

No cenário visto de perto, José Pastore, da Faculdade de Economia da USP, mostrou os brasileiros sem perspectiva de progresso: em 1988, apenas 37,4% estavam em posição melhor que a dos pais, em 1988, 35,2% estavam na mesma e 27,3% haviam piorado. Em 1973, 47,1% estavam em situação melhor que a da geração anterior, 41,6% mantinham a posição e apenas 11,3% haviam caído na escala



José Pastore

É preciso desbloquear de novo a ascensão social

social. A piora também é visível quando se considera apenas uma geração: mais pessoas permanecem, agora, no nível de partida e um número maior do que antes é forçado a recuar. Com a recessão prolongada, o quadro deve ter ficado mais feio.

Homens e robôs — Desta vez não haverá como resolver só uma parte do problema — cuidar da economia e deixar de lado o desenvolvimento político e o social —, disse o coordenador do Fórum, João Paulo dos Reis Velloso. A curto prazo, o problema é tão econômico quanto político, senão principalmente político. A longo prazo, não haverá como subir na escala internacional, na direção do Primeiro Mundo, sem cuidar principalmente do capital humano: isso envolve prioridade para o investimento em educação e saúde. Não há escolha, acentuou Velloso. O novo paradigma industrial é baseado em alta tecnologia, gerência



Velloso

Desta vez não dá para cuidar só do econômico

flexível e força de trabalho preparada mais para pensar do que para executar tarefas repetitivas e ordens de serviço. Estas são entregues a robôs.

Para isso não basta investir em pesquisa e desenvolvimento apenas 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Os países do Primeiro Mundo investem de 2,5% a 3%. Nos países de industrialização acelerada, a taxa de investimento em ciência e tecnologia fica entre 1% e 2%: em qualquer caso, bem acima do padrão brasileiro, lembraram os economistas Cláudio Frischtak, da Interbusiness, e Eduardo Augusto Guimarães, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na educação, pelo menos um ponto é positivo. Escolas não faltam, mostrou Sérgio Costa Ribeiro, do CNPq. Falta é uma boa política de ensino, voltada para o interesse dos estudantes e do País, não das empreiteiras — estas bem mais próximas de quem cuida do Tesouro.